

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emissor: MARIALVA PINHEIRO OLIVEIRA COSTA			
E-mail:	CPF: 148.308.335-72	RG: 198622708	Dt de Nasc: 12/08/1955
Endereço: RUA DA CONCEICAO, 52, - CENTRO	CEP: 45000-065	Cidade: VITORIA DA CONQUISTA	UF: BA
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.510,36	b) IOF: R\$ 46,26	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.451,48
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7569 % a.m (30d) 23,2441 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 2.961,84	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/04/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/03/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 35,26	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,85% a.m. 25,01% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.464,10	n) Desembolso: () Orden(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: MARIALVA PINHEIRO OLIVEIRA COSTA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 148.308.335-72	Banco: 341	Agencia: 6543	Conta corrente: 029952-0
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: WESLEY ROBERTO			CPF: 260.831.238-10
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emissor na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emissor, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m", e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emissor por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emissor autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emissor declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emissor obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emissor poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

Manuela

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sob judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: _____

Manoel Raulino da Silva Costa ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria Inez Pinheiro Oliveira Costa (nome completo sem abreviaturas), Brasileira (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 198622708 /, inscrito (a) no CPF sob nº 148.308.335 - 72, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Rua do Conceição, N° 52 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro Centas, Cidade Vitório do Conquistado, Estado BA, CEP: 45000065. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Vitório do Conquistado, 17 de fevereiro de 21.

Maria Inez Pinheiro Oliveira Costa
DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Utilização desta Declaração: somente para pessoas físicas que não possuam comprovante de residência em seu nome. Deverá ser apresentado o comprovante em nome de terceiro para confirmar a existência do endereço declarado.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUELLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO BELL

NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO





Maria da Penha Costa

SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NO 01.986.227-08 DATA DE EMISSÃO 02-04-2018

NOME MARTALVA PINHEIRO OLIVEIRA COSTA

FILIAÇÃO VENERALDO MANOEL DE OLIVEIRA

JUDITE PINHEIRO OLIVEIRA

NATURALIDADE JEQUIÉ BA DATA DE NASCIMENTO 12-08-1955

DCC ORIGEM

CPF 148.308.335-72

CAS. CM JEQUIÉ BA DS

1º OFÍCIO LV 805 FL 276 RT 001721

Maria da Penha Costa

ASSINATURA DO TITULAR


LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: JUVENCO LEOBINO DE SOUUSA			
E-mail:	CPF: 006.127.448-84	RG: 01158494156	Dt de Nasc: 09/02/1956
Endereço: RUA CLEMENTINA, 448, - VILA VIRGINIA	CEP: 85762-800	Cidade: ITAQUAQUECETUBA	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.256,71	b) IOF: R\$ 69,27	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.168,41
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7507 % a.m (30d) 23,1535 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.425,12	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 52,68	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,84% a.m. 24,91% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.187,44	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: JUVENCO LEOBINO DE SOUUSA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 006.127.448-84	Banco: 033	Agencia: 0350	Conta corrente: 01020465-8
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: RODRIGO MARQUES DA SILVA			CPF: 254.863.568-62
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI - Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40
VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.			

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral

pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentaria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem *sub judice*, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: Luiz Vinícius Trindade de Sousa 

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JUVENCO LEOBINO DE SOUUSA, BRASILEIRO(A), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 01158494156, inscrito (a) no CPF sob nº 006.127.448-84, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à RUA CLEMENTINA, 448, , VILA VIRGINIA, ITAQUAQUECETUBA, SP, CEP: 85762-800. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

_____, _____ de _____ de _____.


DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JUVENCO LEOBINO DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
19347459 SSP/SP



CPF
006.127.448-84

DATA NASCIMENTO
09/02/1956

FILIAÇÃO
LEOBINO JOSE DE SOUSA

JOANA FRANCISCA DE SOU
SA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

Nº REGISTRO

0-158494155

VALIDADE

23/04/2018

* HABILITAÇÃO

25/02/1999

OBSERVAÇÕES

A

Juvenco Leobino de Sousa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

ITAQUAQUECETUBA, SP

DATA EMISSÃO

30/04/2013

13684814658

SP585575703

Carnei Antônio de Almeida Coordenador Geral DETRAN SP

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

715588720

PROIBIDO PLASTIFICAR

715588720

Identificação do Filiado

NIT: 377.35696.12-7

CPF: 006.127.448-84

Data de Nascimento: 09/02/1956

Nome: JUVENCO LEOBINO DE SOUUSA

Compet. Inicial: 02-2021

Compet. Final: 02-2021

Créditos do Benefício

NB: 1471285437

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: APS Itaquaquetuba - UF:SP - AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL ITAQUAQUECETUBA -
UF:SP

Data de Início do Benefício (DIB): 02/06/1998

Data de Cessação do Benefício (DCB):

Data de Início do Pagamento (DIP): 02/06/1998

MR: 2.302,07

Compet	Período	Valor	Meio Pgto	Status	Dt. Pgto	Inval	Isento IR
02/2021	01/02/2021 a 28/02/2021	R\$ 1.538,22	CCF - CONTA-CORRENTE FITA			NAO	NAO

Banco: 33 - BANCO SANTANDER (BRASIL) OP: 0350 - R. SEB.FERREIRA-ITAQUA-
S.A. SP

Ocorrência: Crédito não
Retornado

Data Cálculo: 16/02/2021 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 07/03/2021 Fim: 30/04/2021

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	2.302,07
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	52,41
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	527,78
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	29,56
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	46,00
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	108,10

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: LUIZ ANTONIO SANDOVAL			
E-mail:	CPF: 930.956.278-15	RG: 108537596	Dt de Nasc: 16/04/1957
Endereço: R MARIA DE OLIVEIRA LIMA, 208, - JD STA MARIA	CEP: 18160-000	Cidade: SALTO DE PIRAPORA	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 4.317,22	b) IOF: R\$ 131,69	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 4.149,98
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7679 % a.m (30d) 23,4038 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 8.467,20	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/04/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/03/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 100,80	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,86% a.m. 25,18% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 4.185,53	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: LUIZ ANTONIO SANDOVAL	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 930.956.278-15	Banco: 237	Agencia: 2325	Conta corrente: 012046-4
p) Correspondente no País: ZJ OPERADORA DE CREDITO LTDA - ME			CNPJ: 12.061.140/0001-59
Nome do agente: BRUNA MATTIUZZI MENI			CPF: 423.720.558-44
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas o

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: _____

Luiz Antonio Sandoval

 ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Luiz Antonio Sandoval (nome completo sem abreviaturas), Brasileiro (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 10863759/6, inscrito (a) no CPF sob nº 930.956.278 - 15, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Rua Maria de Oliveira Lima nº 208 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro Id. Sta Maria, Cidade Salto de Pirapora, Estado SP, CEP: 13160000. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Salto de Pirapora, 17 de Fevereiro de 2021.

Luiz Antonio Sandoval
DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1259-1

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL - INTERPOL - SP




58764E64

Luiz Antonio Sandoval

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NO PLASTICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REQUISIÇÃO 10.853.759-6 2 via DATA DE EMISSÃO 18/06/2014

LUIZ ANTONIO SANDOVAL

ANTONIO SANDOVAL

HELENA SOARES DA ROSA

NATURALIDADE SARAPUI - SP DATA DE NASCIMENTO 16/04/1957

SOROCABA-SP SALTO DE PIRAPORA OC LV.8016/FLSº187/Nº01011

930956278/15

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/06/63

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: MARIA DO CARMO MONDINI			
E-mail:	CPF: 254.225.738-89	RG: 164078290	Dt de Nasc: 24/07/1963
Endereço: RUA DOUTOR UBALDO FRANCO CAIUBI, 370, - VL S PAULO	CEP: 04651-020	Cidade: SAO PAULO	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.543,83	b) IOF: R\$ 77,36	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.445,77
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7763 % a.m (30d) 23,5268 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.989,60	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 59,40	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,87% a.m. 25,31% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 2.466,47	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: MARIA DO CARMO MONDINI	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 254.225.738-89	Banco: 237	Agencia: 0461	Conta corrente: 003261-1
p) Correspondente no País: CARNEIRO SERVICOS ESCRITURAIS LTDA			CNPJ: 18.820.843/0001-08
Nome do agente: ADRIELY MARIA DA SILVA			CPF: 458.941.338-82
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

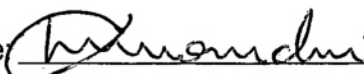
VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, “f”, em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. “Vencimento” significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo “CCB” significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, “m”) será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra “n” do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, “e”, “k”, “m, e “n”) (“Data da Liberação”) e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, “e”, desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. **4.** Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. **4.1.** Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. **4.1.1.** Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. **4.1.2.** O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. **4.2.** Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. **5.** O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. **6.** O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. **7.** O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. **8.** Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. **9.** O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. **9.1.** A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. **10.** Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. **11.** As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. **12.** O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. **12.1.** O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. **13.** O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. **13.1.** O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. **14.** Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente _____



 ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria do Carmo Mendini (nome completo sem abreviaturas), Brasileira (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 16407829/0, inscrito (a) no CPF sob nº 254.225.738 - 89, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Rua Doutor Ubaldo Franco Cambi, 370 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro Il São Paulo, Cidade São Paulo, Estado São Paulo, CEP: 04655020. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

_____, _____ de _____ de _____.

Maria do Carmo Mendini
DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

3A.52

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 16.407.829-0 DATA 24/MAI/2014

CEPAL

NOME MARIA DO CARMO MONDINI

RELACIONAMENTO HELIO MONDINI

E LAURA MARIA LEMES MONDINI

NATURALIDADE S. PAULO - SP DATA 24/JUL/1955

DE ORIGEM SÃO PAULO - SP

SAÚDE

CC: LV. B68 / FLS. 176 / N. 030142

25422573R/89 PIS: 13594170771

192 Delegado Distrital

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.110 DE 09-08-93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8110-9

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMES ETCHOLAT

PROIBIDO PLASTIFICAR

COLEÇÃO FRENTO

COLEÇÃO FRENTO

ASSINATURA DO TITULAR

731-083460

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SPB - Comprovante de TED**Transação**

Evento: STR0007	Versão Manual: 5.01	Num. Controle IF: 8684642
Sistema Origem: FNCE	Sub Sistema Origem: INSSP	Num. Origem: 8684642
Agendamento: 13/04/2021 16:39	Incluída em: 11/04/2021 16:40:02	Natureza: DÉBITO
Valor: 1.209,15	Prioridade: D	Afeta Reserva: SIM (13/04/2021 14:55)
Status: Respondida	Status Str: Efetivada	IF Contra Parte: 60746948 - BRADESCO
NU: 62232889202104123390072	No. Controle SPB: STR20210413034345111	No. Controle STR: STR20210413034345111
Usuário: FINANCEIRA		

Log MQ

Sequencial: 46784588	IF Externa: 00038166 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Fila: QR.REQ.62232889.00038166.01
Data do PUT (GMT): 13/04 17:55:27		Status: 2

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8684642
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	60746948 - BRADESCO
Agência Creditada:	0294
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	1120026
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	95277927891
Nome Cliente Creditado Titular:	ROSELI FERREIRA DA SILVA
Valor Lançamento:	1.209,15
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico: [LIB](#)

Nível Preferência: [B - Maior](#)

Data Movimento: [13/04/2021](#)

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: ROSELI FERREIRA DA SILVA			
E-mail:	CPF: 952.779.278-91	RG: 92681610	Dt de Nasc: 27/02/1956
Endereço: RUA EVERALDO LIMA ARAGAO, 96, - VL I MAZZEI	CEP: 02084-000	Cidade: SAO PAULO	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.247,53	b) IOF: R\$ 38,38	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.198,55
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7445 % a.m (30d) 23,0637 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 2.446,08	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/06/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/05/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 29,12	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,84% a.m. 24,82% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.209,15	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: ROSELI FERREIRA DA SILVA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 952.779.278-91	Banco: 237	Agencia: 0294	Conta corrente: 112002-6
p) Correspondente no País: ZJ OPERADORA DE CREDITO LTDA - ME			CNPJ: 12.061.140/0001-59
Nome do agente: THAIS LORRAYNE OLIVEIRA DE SOUZA RAMOS			CPF: 131.357.957-21
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m, e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: Roneli Ferreira da Silva

 ASSINATURA

NÃO PLASTIFICAR



SPB - Comprovante de TED**Transação**

Evento: STR0007	Versão Manual: 5.01	Num. Controle IF: 8657113
Sistema Origem: FNCE	Sub Sistema Origem: INSSP	Num. Origem: 8657113
Agendamento: 05/04/2021 16:07	Incluída em: 05/04/2021 16:07:35	Natureza: DÉBITO
Valor: 1.546,73	Prioridade: D	Afeta Reserva: SIM (05/04/2021 17:09)
Status: Respondida	Status Str: Efetivada	IF Contra Parte: 00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
NU: 62232889202104053273086	No. Controle SPB: STR20210405035550611	No. Controle STR: STR20210405035550611
Usuário: FINANCEIRA		

Log MQ

Sequencial: 46366828	IF Externa: 00038166 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Fila:
Data do PUT (GMT): 05/04 20:08:55		Status: 2

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8657113
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência Creditada:	0250
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	000000035929
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	17455583818
Nome Cliente Creditado Titular:	VILMA DA SILVA OLIVEIRA
Valor Lançamento:	1.546,73

Finalidade IF: 40 - Liberação de Operações de Crédito

Histórico: LIB

Nível Preferência: B - Maior

Data Movimento: 05/04/2021

I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.			
II – Emitente: VILMA DA SILVA OLIVEIRA			
E-mail:	CPF: 174.555.838-18	RG: 258297610	Dt de Nasc: 24/04/1965
Endereço: TRAVESSA EMILIA MODONEZZI, 52, - JD GUMERCINDO	CEP: 07010-043	Cidade: GUARULHOS	UF: SP
III – Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.595,03	b) IOF: R\$ 48,30	c) Tarifa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.533,97
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7876 % a.m (30d) 23,6913 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 3.129,00	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 37,25	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,88% a.m. 25,48% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não Tipo:
m) Valor Líquido: R\$ 1.546,73	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagto. (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: VILMA DA SILVA OLIVEIRA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 174.555.838-18	Banco: 104	Agencia: 0250	Conta corrente: 00000003592-9
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME			CNPJ: 07.452.085/0001-98
Nome do agente: ALAN JACKSON FELIX DE SOUZA			CPF: 049.008.184-37
IV – Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V – Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI – Desconto: (X) folha de pagamento		Nome do Empregador: INSS	CNPJ: 29.979.036/0001-40

VII – Promessa de pagamento: Nas datas de Vencimento, pagarei por esta Cédula de Crédito Bancário ("CCB") ao Credor ou à sua ordem, na Praça de São Paulo/SP, a quantia líquida, certa e exigível mencionada no item III, "f", em moeda corrente nacional, nas datas e condições aqui estabelecidas. Esta CCB, cuja via negociável será exclusiva do Credor e regida pelas condições deste instrumento. "Vencimento" significa data de efetivo repasse de recursos ao Credor pelo Empregador e não a data de seu desconto. O termo "CCB" significa esta Cédula de Crédito Bancário e todos os seus aditivos.

1. O Valor Líquido (item III, "m") será aquele a ser creditado ao Emitente na forma definida na letra "n" do item III acima, exceto se o empréstimo for destinado à quitação de dívidas perante o Credor ou terceiros (itens IV ou V), quando então o valor corresponderá à diferença entre: a) o valor líquido acima descrito; e b) o valor pago para quitação da dívida ou a terceiros. 1.1. Não haverá liberação de recursos no caso de portabilidade de crédito. 1.2. As condições do empréstimo descritas no preâmbulo poderão sofrer alterações, em razão do prazo decorrido entre a simulação do empréstimo e a efetiva liberação de recursos ao Emitente, Credor ou terceiros (item III, "e", "k", "m", e "n") ("Data da Liberação") e serão indicados na planilha do Custo Efetivo Total (CET) enviada ao Emitente por SMS e/ou e-mail, na data da aprovação da operação. 1.3. O Emitente autoriza, de modo irrevogável a) o Empregador a descontar em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes aos pagamentos da CCB; b) o INSS a proceder os descontos no benefício previdenciário dos valores referentes aos pagamentos da CCB, em favor do Credor, conforme previsto nos arts. 1º e 6º da Lei 10.820/03 e art. 154, VI do Decreto 3048/99. 1.4. O Emitente declara que a) recebeu antes da assinatura da CCB a planilha preliminar do CET; b) foi informado de forma clara, precisa e adequada os termos e condições da operação, incluindo o CET; c) o CET fixado na Planilha é expresso na forma de taxa percentual anual e inclui a Taxa de Juros Prefixada, Tarifa de Cadastro e IOF aplicáveis à CCB; d) poderá solicitar uma cópia da Planilha a qualquer tempo pelo SAC ou meios eletrônicos disponibilizados pelo Credor. 1.5. Sobre o Valor Principal do Crédito incidirão juros remuneratórios capitalizados diariamente à Taxa Prefixada no item III, "e", desde a Data da Liberação até a data da integral liquidação desta CCB junto ao Credor. 1.6. As parcelas serão devidas mensalmente, em seus Vencimentos e os juros serão calculados e capitalizados proporcional para períodos inferiores a 30 dias. 2. O Emitente obriga-se a pagar ao Credor o IOF e a Tarifa de Cadastro fixados no item III, também em caso de Refinanciamento, sendo calculado o IOF complementar sobre o saldo devedor total conforme a legislação, o que alterará o valor líquido. 2.1. Não haverá incidência de tarifas para empréstimos a aposentados e/ou pensionistas do INSS e/ou do Exército e demais Empregadores que tenham essa vedação. 3. O Emitente poderá liquidar antecipadamente o empréstimo, com redução proporcional de juros, devendo o valor presente ser calculado com a utilização da Taxa de Juros Prefixada no item III. 3.1. O boleto de liquidação antecipada poderá incluir parcelas já descontadas e

Vilma

não repassadas ou previstas para descontos (parcelas em trânsito). Caso se identifique o desconto de alguma parcela após a liquidação do empréstimo, o valor descontado será devolvido ao Emitente, em até 15 dias, a contar da comprovação do desconto ou conforme determinado pelo Empregador. 4. Sobre qualquer valor devido e não liquidado pontualmente incidirão automaticamente, a Taxa de Juros Prefixadas, juros de mora de 1% a.m., multa moratória de 2%, desde a data do Vencimento até a data do integral pagamento e honorários advocatícios arbitrados pelo Poder Judiciário. 4.1. Poderá o Credor, de acordo com as regras do Empregador, a seu critério, desmembrar as parcelas originalmente pactuadas, adicionando parte ou o total de seu valor ao valor das parcelas em aberto, as quais terão sua quantidade mantida e seu vencimento prorrogado, caso a consignação não seja realizada por qualquer motivo, inclusive: a) cancelamento do benefício previdenciário pelo Empregador; b) suspensão temporária ou permanente de parte ou totalidade dos proventos; c) falta de desconto de valores pelo Empregador, na data de vencimento de cada prestação; ou d) perda de parte da remuneração que acarrete diminuição da margem consignável. 4.1.1. Nos casos previstos na Cláusula 4.1, o Emitente pagará o empréstimo mediante boleto bancário ou débito em conta informada no seu cadastro ou outras de sua titularidade. 4.1.2. O Emitente não será considerado inadimplente e/ou cobrado se não for repassado ao Credor o valor integral das parcelas averbadas e descontadas pelo Empregador, sendo vedado ao Credor a adoção de atos de cobrança relacionado a parcela, incluindo a realização de débito na sua conta e/ou sua inscrição nos cadastros restritivos de crédito. 4.2. Em caso de desconto parcial de parcela, o Emitente autoriza o Credor, de forma irrevogável a averbar parcialmente vários descontos parciais para efetivar o pagamento integral de cada parcela, devendo o Emitente usar a senha pessoal nos sistemas para incluir/averbar cada desconto parcial. 5. O empréstimo formalizado nesta CCB será declarado automático e antecipadamente vencido, independente de notificação ou formalidade, mediante: a) não pagamento pontual de qualquer parcela inclusive em decorrência de impossibilidade ou cancelamento da consignação; b) se for constatada a falsidade ou incompletude de qualquer informação ou documento fornecido ao Credor; c) insolvência do Emitente; d) inscrição do Emitente em órgão de restrição ao crédito; e) protesto não sustado ou execução não suspensa dentro do prazo legal contra o Emitente; f) demais hipóteses previstas em lei. 6. O Emitente, caso ocorra a sua aposentadoria na vigência da CCB, autoriza o Credor, de forma irrevogável e automática a averbar os descontos das parcelas em aberto no benefício previdenciário administrado pela autarquia do Regime Próprio de Previdência Social a que o Emitente esteja afiliado. 7. O Emitente declara, sob as penas da lei que: a) possui margem consignável e recursos para quitação do empréstimo desta CCB; b) manterá seus dados cadastrais e os dados de sua conta atualizados, apresentando ao Credor a documentação solicitada; c) o Credor poderá utilizar quaisquer créditos, saldos ou aplicações de titularidade do Emitente para amortização dos débitos desta CCB; d) todas as condições e riscos desta CCB foram por ele compreendidos e discutidos; e) o Credor está autorizado a ceder e endossar, no todo ou em parte, seus direitos e garantias da CCB a terceiros e prestar informações sobre o Emitente. 8. Na hipótese de rescisão do vínculo empregatício, 30% das verbas rescisórias deverão ser descontadas e repassadas pelo Empregador ao Credor para amortização do saldo devedor líquido, considerado como o valor presente das parcelas vincendas na data da amortização, descontado à Taxa de Juros Prefixada referente ao período não utilizado em razão da liquidação antecipada, a ser informado pelo Credor ao Empregador, por escrito ou meio eletrônico, devendo o Emitente pagar o saldo restante ao Credor se a quantia descontada for insuficiente para a quitação integral da CCB. 9. O Emitente concorda, de forma irrevogável que, na hipótese de morte ou invalidez, o Credor poderá também utilizar o produto de indenização de seguro para amortizar o empréstimo, ficando este, os seus herdeiros e sucessores responsáveis solidários pelo saldo devedor remanescente, observado as regras do Empregador. 9.1. A tolerância por parte do Credor do descumprimento de qualquer obrigação desta CCB será considerada mera liberalidade, não constituindo novação, alteração ou precedente. 10. Eventual alteração de cláusulas deverá ser objeto de aditivo assinado pelas partes. 11. As partes obrigam-se por si e seus sucessores, ao cumprimento da CCB. 12. O Emitente para fins de notificação, citação ou intimação, nos termos dos arts. 190, 246, V e 513, §2º, III, do CPC, informa o e-mail indicado no item II. 12.1. O Emitente obriga-se a manter válidos e atualizados os endereços indicados no item II durante a vigência da CCB, sob pena de considerarem-se válidas as comunicações enviadas. 13. O Emitente autoriza, de modo irrevogável, o Credor, as empresas integrantes do grupo econômico do Credor, as instituições que possam consultar o Sistema de Informações de Créditos ("SCR") do Banco Central do Brasil ("BCB") nos termos da regulamentação vigente, e que adquiram ou recebam em garantia, ou manifestem interesse de adquirir ou receber em garantia, total ou parcialmente, operações de crédito de responsabilidade do Emitente, a consultar as informações consolidadas sobre essas operações. 13.1. O Emitente declara-se ciente de que a) o SCR tem por objetivo prover informações ao BCB, para fins de monitoramento do crédito no sistema financeiro e para o exercício de suas atividades de fiscalização e propiciar o intercâmbio de informações entre instituições financeiras, conforme art. 1º, § 1º da Lei 105/2001, sobre o montante de responsabilidades de clientes em operações de crédito, b) os dados das operações de crédito do Emitente serão registradas pelo Credor no SCR, c) são de exclusiva responsabilidade das instituições remetentes as inclusões de informações no SCR, a identificação de operações de crédito que se encontrem sub judice, o cumprimento de determinações judiciais, fornecimento de informações dessas determinações e o registro de manifestações de discordância apresentadas pelos contratantes, bem como de outras condições e anotações necessárias a garantir a completude, a fidedignidade e a integridade da informação sobre operações de crédito, e d) o procedimento a ser adotado pelo Emitente junto ao Credor para correção ou exclusão de informações remetidas pelo Daycoval ao SCR, o cadastramento de medida judicial e o registro de manifestação de discordância quanto às informações remetidas pelo Credor ao SCR deverá ser verificado pelo Emitente junto ao SAC Daycoval. 14. Fica eleito o Foro da Comarca do local de emissão desta CCB para solução de conflitos.

Local e data: _____

Emitente: _____

Valma da Silva Oliveira ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Vilma da Silva Oliveira (nome completo sem abreviaturas), brasileira (nacionalidade), portador (a) da carteira de identidade/RG/RNE nº 258297610/, inscrito (a) no CPF sob nº 174.555.838 - 18, declaro, nos termos da Lei 7.115/83, ser residente e domiciliado à Travessa Emilia Madanuzzi 52 (inserir endereço: rua, avenida, número e complemento), Bairro JD Guimercinda, Cidade Guarulhos, Estado SP, CEP: 07010043. Estou ciente e concordo que a alteração de meu domicílio deverá ser imediatamente comunicada por escrito ao Banco Daycoval S.A.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção prevista no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções civis e administrativas.

Guarulhos, 06 de Abril de 2021.

Vilma da Silva Oliveira
DECLARANTE

Instruções INTERNAS:

Utilização desta Declaração: somente para pessoas físicas que não possuam comprovante de residência em seu nome. Deverá ser apresentado o comprovante em nome de terceiro para confirmar a existência do endereço declarado.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8600-19

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DALINI



Vilma da Silva Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

383-092672

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 25.829.761-X DATA DE EXPEDICÃO 23/SET/2005

VILMA DA SILVA OLIVEIRA

NOME

JOSE ARCOVERDE DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO

EPONINA DA SILVA OLIVEIRA

BELO HORIZONTE -MG

DATA DE NASCIMENTO 24/ABR/1965

DOC ORIGEM

BELO HORIZONTE, MG
BELO HORIZONTE

CN: LV-A470/FLS: 216 /N. 242251

Cpf 174555838-18

Dr. F. L. C.

Delegado Divisão de Identificação
Polícia de Polícia Civil, Ilheus, SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7116 DE 29/08/83

Jonas Alves dos Santos Arrais

De: Ouvidoria Daycoval
Enviado em: segunda-feira, 10 de maio de 2021 19:58
Para: 'rose.fer@uol.com.br'
Assunto: ROSELI FERREIRA DA SILVA - Ouvidoria Banco Daycoval
Anexos: CONTRATO.pdf; TED.pdf

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção à manifestação encaminhada à nossa Ouvidoria, identificamos em nosso sistema o contrato de empréstimo consignado com utilização de margem livre nº 50-8615725/21, integrado na data 12/04/2021, quando foi liberado o crédito de R\$1.209,15, a seu favor para pagamento em 84 parcelas de R\$29,12, cada.

Trata-se de contrato celebrado recentemente, não constam descontos efetuados na folha de pagamento.

O referido contrato foi reavaliado e não foi localizada nenhuma irregularidade.

Todavia, considerando a recente contratação, por mera liberalidade do Banco, ainda que o produto seja adequado ao seu perfil e o contrato esteja devidamente assinado contendo todas as informações sobre as características do produto demonstrando que o Banco Daycoval cumpriu fielmente as regras de mercado, acataremos ao pedido de cancelamento do contrato juntamente com a liberação da margem, mediante a devolução do crédito nos dados bancários abaixo. A devolução deve ser feita por meio de DOC/TED/PIX da conta de titularidade do consumidor no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento dessa resposta.

Dados Bancários para restituição via DOC/TED:

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Banco: 707

Agência: 0001

Conta: 300277-4

CHAVE PIX:

Agência: 0001

Conta Corrente: 300334-7

O comprovante deverá ser encaminhado por e-mail para o endereço eletrônico:

ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br. O e-mail deverá conter no campo "Assunto" o Nome completo e CPF do titular.

Sugerimos que efetue a devolução pelo PIX, assim não haverá cobrança de tarifa na transferência. Caso opte pelo DOC/TED, se houver haja cobrança de taxa pelo banco onde possui conta, esse valor poderá ser abatido do quanto a ser devolvido, limitado à quantia de R\$30,00, e com posterior apresentação do comprovante no e-mail acima indicado.

Assim que recepcionado o comprovante, daremos tratativa para cancelamento da operação, liberação da margem e restituição de valores nos dados cadastrados se houver.

Se houver dúvidas, pedimos que contate nossos canais de atendimento: SAC - 0800 775 0500, CAC – 0300 111 0500 e OUVIDORIA – 0800 777 0900.

Cordialmente,



Ouvidoria

0800 777 0900

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

Jonas Alves dos Santos Arrais

De: Ouvidoria Resposta <Ouvidoria.resposta@bancodaycoval.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 23 de junho de 2021 21:46
Para: 'marciafernanda.853@gmail.com'
Assunto: VILMA DA SILVA OLIVEIRA - Ouvidoria Banco Daycoval
Anexos: CONTRATO.pdf; TED 1.546,73- 50-891346621.pdf

Prezado (a) Senhor (a),

Em atenção à manifestação encaminhada à nossa Ouvidoria, identificamos em nosso sistema o contrato de empréstimo consignado com utilização de margem livre nº 50-8913466/21, integrado na data 05/04/2021, quando foi liberado o crédito de R\$ 1.546,73, a seu favor para pagamento em 84 parcelas de R\$ 37,25, cada. Houve desconto de 02 parcelas até o momento.

Diante da sua manifestação, o referido contrato foi reavaliado e não foi localizada nenhuma irregularidade.

Como prova e fundamento do posicionamento desta Instituição financeira, segue juntamente com a resposta a cópia do contrato e o comprovante de pagamento do recurso financeiro.

Todavia, considerando a recente contratação, por mera liberalidade do Banco, ainda que o produto seja adequado ao seu perfil e o contrato esteja devidamente assinado contendo todas as informações sobre as características do produto demonstrando que o Banco Daycoval cumpriu fielmente as regras de mercado, acataremos ao pedido de cancelamento do contrato juntamente com a liberação da margem, mediante a devolução do crédito nos dados bancários abaixo. A devolução deve ser feita por meio de DOC/TED/PIX da conta de titularidade do consumidor no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento dessa resposta.

O valor a ser devolvido já poderá compreender o abatimento de 02 parcelas descontadas (R\$1.546,73, - R\$74,50 = R\$1.472,23).

Dados Bancários para restituição via DOC/TED:

CNPJ: 62.232.889/0001-90

Banco: 707

Agência: 0001

Conta: 300277-4

CHAVE PIX:

Agência: 0001

Conta Corrente: 300334-7

O comprovante deverá ser encaminhado por e-mail para o endereço eletrônico:

ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br. O e-mail deverá conter no campo "Assunto" o Nome completo e CPF do titular.

Sugerimos que efetue a devolução pelo PIX, assim não haverá cobrança de tarifa na transferência. Caso opte pelo DOC/TED, se houver haja cobrança de taxa pelo banco onde possui conta, esse valor poderá ser abatido do quanto a ser devolvido, limitado à quantia de R\$ 30,00, e com posterior apresentação do comprovante no e-mail acima indicado.

Assim que recepcionado o comprovante, daremos tratativa para cancelamento da operação, liberação da margem e restituição de valores se houver.

Cordialmente,



Ouvidoria

0800 777 0900

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

IMPORTANTE: Este endereço eletrônico não recebe mensagens, por gentileza não responda este e-mail.

RES: OFÍCIO SEI​ Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 3)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 19:17

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss

<financeira.inss@bancodaycoval.com.br>;implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br

<implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br>;Ouvidoria Daycoval

<ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>;Eliene Fatima Campoe Barbosa

<eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>;Jonas Alves dos Santos Arrais

<jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>;Anilson Fieker Pedrozo

<anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>;Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>;Cristiano

Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>;Fernanda Costa

<fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>;conveniosconsignado

<conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

 10 anexos (16 MB)

50-8551306-2 - CONTRATO.pdf; 50-8491270-21 - CONTRATO.pdf; 50-8762745-21 - CONTRATO.pdf; 50-8467073-21 - CONTRATO.pdf; 50-8615725-21 - COMPROVANTE TED.pdf; 50-8615725-21 - CONTRATO.pdf; RESPOSTA AO CONSUMIDOR1.pdf; 50-8913466-21 - COMPROVANTE TED.pdf; 50-8913466-21 - CONTRATO.pdf; RESPOSTA AO CONSUMIDOR2.pdf;

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

APRESENTAÇÃO DOS CONTRATOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES:

- JUVENCO LEOBINO DE SOUSA
- LUIZ ANTONIO SANDOVAL
- MARIA DO CARMO MONDINI
- MARIALVA PINHEIRO OLIVEIRA COSTA
- ROSELI FERREIRA DA SILVA
- VILMA DA SILVA OLIVEIRA

Atenciosamente.



Equipe Convênios

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS